

CEMITÉRIO E CIDADE: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MORTE*

Marcelina das Graças de Almeida, Profa. Dra.¹

RESUMO

Para os estudiosos dos temas relacionados à morte e, em particular, dos espaços cemiteriais é nítida a compreensão de sua importância para se entender um pouco mais acerca das sociedades das quais são testemunhas. Estes lugares foram e ainda são espaços de cultura e neste sentido reproduzem em seus túmulos, mausoléus e ornamentação, o imaginário social. Pretende-se refletir sobre os significados destes lugares de enterramento surgidos na segunda metade do século XIX, através da análise e compreensão das imagens que os ornamentam. As imagens construídas nestes espaços nos remetem à memória, à construção de um imaginário, seja religioso ou profano, mas essencialmente explicitam uma maneira de se compreender e lidar com o tema da morte. Neste sentido o estudo do Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, inaugurado em 1897, junto com a nova capital de permite-nos entender como se estabeleceu na virada do século as mudanças e permanências naquilo que diz respeito ao culto aos mortos e a idealização dos espaços de enterramentos. Através da investigação documental e das pesquisas de campo foi possível compreender como o cemitério cristaliza em sua configuração o pensamento republicano e laicizante sob o qual a nova cidade foi projetada, mas ao mesmo tempo conserva elementos que remetem à valores tradicionais.

Palavras-chave: Belo Horizonte, cemitério, imagens.

ABSTRACT

For the researchers of the subjects related to the death and, in particular, of the cemiterial spaces the understanding of its importance is clear to more understand a little concerning the societies of which they are witnesses. These places had been and still they are culture spaces and in this direction they reproduce in its tombs, mausoleums and ornamentation, imaginary the social one. It is intended to reflect on the meanings of these places of burial appeared in the second half of century XIX, through the analysis and understanding of the images that decorate them. The images constructed in these spaces in send them to the memory, to the construction of imaginary, either religious or a profane one, but essentially a way of if understanding and dealing with the subject of the death. In this direction the study of the

* Este artigo conta com o financiamento de Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG.

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design, PPGD. Faculdade Estácio de Sá, Unidade Prado. Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, ABEC. E-mail: marcelinaalmeida@yahoo.com.br

Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, inaugurated in 1897, together with the new capital of allow-in understanding them as if established in the turn of the century the changes and continuities in what he says respect to the cult to deceased and the idealization of the spaces of burials. Through the documentary inquiry and of the research of field it was possible to understand as the cemetery crystallizes in its configuration the republican and secularizing thought under which the new city was projected, but at the same time conserve elements that they send to the traditional values.

Word-key: Belo Horizonte, cemetery, images.

1.CEMITÉRIOS - compreensão e definição.

Sarcófagos, sepulcros e estátuas tumulares enriqueceram a arte dos povos, em variadas épocas. Desde o período pré-histórico, ocasião em que podemos identificar os túmulos passando pela Antiguidade, especialmente a civilização egípcia na qual a morte ocupava um lugar de destaque no imaginário e no convívio social, podemos identificar vários exemplares da arte funerária nos possibilitando refletir acerca da importância deste tipo de manifestação artística para os homens e para a sociedade da qual faz parte.

Este fato revela a importância que, ao longo da História a morte, os mortos e os lugares reservados a eles, adquiriram em cada cultura e em cada época. De acordo com Loureiro (1977, p.12) o respeito pelos mortos coincide com os primórdios da existência humana e, em seu ponto de vista:

[...] antes de conceber e adorar a um Ente Supremo, ele [o homem] adorou os mortos. Foi talvez, à vista da morte que o homem teve pela primeira vez, a ideia do sobrenatural. A morte foi o primeiro mistério e colocou-o no caminho de outros mistérios. Elevou-lhe o pensamento do visível ao invisível, do humano ao divino, do efêmero ao eterno.

Este dado é corroborado através do clássico estudo de Mumford (1965, p.15-16) sobre as cidades ao longo da História. O estudioso afirma:

No desenvolvimento dos aglomerados humanos permanentes, encontramos a expressão de necessidades animais semelhantes à que se verificam em outras espécies sociais; contudo, até os indícios urbanos mais primitivos revelam mais do que isso. Pouco depois de ter descoberto a trilha do homem mais antigo dos acampamentos u dos instrumentos de pedra lascada, encontra-se a prova de interesses e inquietações que não têm correspondente animal; em particular, uma cerimoniosa preocupação pelos mortos, manifestada em seu sepultamento deliberado com evidências cada vez maiores de piedosa apreensão e temor.O respeito daquele homem antigo pelos mortos, em si mesmo uma expressão de fascínio pelas suas poderosas imagens de fantasia em vigília e de sonho noturno,

teve talvez um papel maior ainda que as necessidades de ordem mais prática, ao fazer com que procurasse um local fixo de encontro e afinal um ponto contínuo de fixação. Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los. Embora o ajuntamento de alimentos e a caça não encorajem a ocupação permanente de um sítio único, pelo menos os mortos reclamam esse privilégio. Há muito tempo atrás, os judeus reclamavam, como patrimônio seu, a terra onde estavam localizadas as sepulturas de seus antepassados, e essa bem fundamentada pretensão parece ser primordial. A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópolis em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim.

Dentro desta perspectiva os espaços funerários tornaram-se mais ou menos sofisticados, uma vez que acompanharam o desenvolvimento cultural dos grupos e as sociedades que veneravam e cuidam de seus mortos.

De acordo com Loureiro a origem semântica da palavra cemitério é o grego (*KOUMETÈRION*, de *KIOMÃO*, eu durmo e do latim *COEMETERIUM*). O cemitério nomeava, inicialmente, o lugar onde se dormia quarto, dormitório, pórtico para os peregrinos, mas sob a influência das ideias cristãs o termo adquire nos primeiros séculos de nossa era, o sentido de campo de descanso após a morte. Era o lugar onde se aguardava a ressurreição, o soar das trombetas do Juízo Final. Ainda de acordo com as análises da pesquisadora:

A palavra cemitério aplica-se, propriamente, a um lugar em que é dada a sepultura por inumação, por enterramento direto no solo. É, pois, por abuso, por extensão de sentido, que é empregada para designar os hipogeus egípcios, os ajuntamentos de sepulturas cavadas na rocha, como na Assíria, na Fenícia e na Índia, os túmulos gregos e outros, os columbários romanos [...] os cemitérios propriamente ditos, só aparecem em plena Idade Média, quando se enterravam os mortos de categoria dentro das Igrejas e os pobres nos adros, tudo nos limites paroquiais. (LOUREIRO, 1977, p.28)

Estes eram cemitérios eclesiásticos e obedeciam a uma série de normas e regulamentos religiosos e que fizeram parte do imaginário cultural europeu e brasileiro até meados do século XIX, apresentando algumas variações temporais de acordo com o momento histórico vivido e a realidade social de cada lugar.

No final do século XVIII e com mais força e sedimentação teórica, um fenômeno curioso, aconteceu em várias partes do mundo e, especialmente, em Portugal e seus domínios: por medidas sanitárias, higiênicas, embasadas em discursos médicos e higienistas, os sepultamentos foram deslocados para os cemitérios secularizados, extra-urbe.

Na realidade não se tratava de um comportamento inusitado, pois outras culturas, especialmente as orientais, já possuíam o hábito de inumação a “céu aberto”. Entretanto, na cultura ocidental esta mudança de comportamento afetou diretamente os povos de predominância católica, inaugurando uma nova modalidade de sepultamento e culto aos mortos a partir da difusão dos cemitérios secularizados ou cemitérios laicos.

Há uma série de razões que são apresentadas para justificar este deslocamento, algumas já foram citados e se referem ao aspecto da higiene e da salubridade, mas há outros fatores a serem considerados, tais como: a urbanização e industrialização aceleradas, ascensão da burguesia e, conseqüentemente, o triunfo da ideologia capitalista e individualista determinando alterações nos comportamentos. Neste sentido pode-se dizer que os cemitérios secularizados são produto de determinações científicas, mas possuem raízes nas questões políticas, econômicas e sociais que se impunham no transcorrer do século XIX culminando nas primeiras décadas do século XX.

Os cemitérios secularizados deste período se caracterizam pela diversidade decorativa na construção de mausoléus, expressando através da individualização e destaque das famílias e classes importantes no interior das sociedades e, de modo singular, na produção de uma linguagem alegórica que proporciona ricos debates sobre os significados, interpretações feitas acerca da morte, do ser humano e seu lugar de identidade e permanência na memória dos vivos.

2. A CAPITAL E O CEMITÉRIO

Belo Horizonte nascida na virada do século dezenove apresentou-se como uma proposta nova em relação a tudo aquilo que havia sido o Arraial do Belo Horizonte, local escolhido entre tantos outros e sobre o qual foi erguida a nova capital. Esta proposta perpassou pela composição estilístico-arquitetônico das ruas e prédios, bem como o perfil dos moradores que além de serem novos e modernos, como a cidade, deveriam possuir novos hábitos e comportamentos naquilo que se relacionava ao convívio social. E neste convívio inclui-se a morte.

Concebida dentro do ideário republicano a rejeição a valores tradicionais de feição colonial. Neste sentido o hábito de sepultar os mortos nos adros dos templos foi proibido e novos espaços foram a eles destinados. As medidas tomadas pela Comissão Construtora da Nova Capital em relação à desativação dos sepultamentos eclesiásticos foram determinações

importantes para a efetivação do projeto que culminou na construção da capital. Em relatório redigido em 1894, um membro da Comissão, afirmava que:

Na frente [Matriz] fica-lhe um cemitério, fechando um pequeno adro, de 10 metros em quadro, cuja terra empapassada de óleo humano e entremeada de ossos, está accusando a excessiva quantidade de cadáveres, que tem recebido, em desmarcada proporção com sua capacidade. Ahi a abertura de uma cova tórna-se um espetáculo à desocupados curiosos para triste contemplação de quatro ou cinco ossadas juntas, ao que poz logo termo a Commissão construindo um cemitério provisório em logar afastado, pouco depois de sua instalação (LEAL, 1895, p.13)

Vale acrescentar que esta orientação havia sido determinada através da Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, mas não havia se concretizado efetivamente até então. As normas da Comissão Construtora possuíam significados simbólicos especiais: era a civilização dos costumes.

O Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim nasceu a partir deste projeto. Nele pode-se antever a mentalidade moderna /burguesa que norteou os princípios fundadores da capital, através da avaliação de sua arquitetura, do artista-artesão que nele trabalharam e especialmente da arte tumular que possibilita enxergar signos e símbolos que revelam a contradição de uma sociedade que, nascida sob a promessa da democracia e da República, tenta igualar os mortos, convidando - os a ocupar o mesmo espaço, mas opera a desigualdade a partir do instante que estimula a propriedade privada, via sepulturas de família, bem como a ostentação e demonstração de força e poder que se expressam na arte e arquitetura tumulares.

No final dos oitocentos o Arraial do Belo Horizonte, antigo Arraial do Curral Del Rei, era um simples povoado de ruas tortuosas cobertas pela poeira vermelha e, em épocas de chuva, pela lama pegajosa e escorregadia. Delineando estas ruas era possível visualizar o casario colonial espalhado desordenadamente em torno da antiga Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, prédio mais importante da localidade, para onde convergia toda a vida cultural do pacato arraial. Era o ponto de referência para quem nele chegava. Assim pode-se constatar no depoimento de Alfredo Camarate que, em 1894, escreveu:

Ao cabo de quatro horas de viagem, muito parecida com as que devem fazer as tartarugas, divisamos a povoação de Belo Horizonte, incrustada numa mata verde - negra e densíssima dentre a qual emergiam os campanários da igreja, construída nas primitivas simplicidades da arquitetura. (CAMARATE, 1985,p.33)

Ao redor da igreja se iniciou a povoação da região situada ao sopé da Serra do Curral, sendo, portanto no entorno da matriz se constituiu o arraial, interiorizando a presença do templo na vida cotidiana dos habitantes, caracterizando-se como intensa e necessariamente mediadora dos eventos e sentimentos que ali afloraram. De acordo com Barreto (1936, p.591),

[...] a antiga Matriz da Nossa Senhora da Boa Viagem e a velha capella do Rosario constituíam o refugio balsamico, o oasis acolhedor e bom, onde [...] os que eram crentes, iam alentar o espírito e retemperar as energias para reencetarem no dia seguinte os seus labores cruentos [...]

Era o templo, portanto, o local onde as pessoas se reuniam sob vários pretextos: os religiosos, sociais, política, econômicos, enfim. Ali, naquele local, cuidava-se da vida dos habitantes do arraial, bem como de sua morte. Controlava a vida cotidiana dos belorizontinos zelando pela vida religiosa: a Quaresma, a Semana Santa, as procissões, a Queima de Judas, os batizados, casamentos, os pequenos e grandes festejos particulares e cotidianos e especialmente da morte. Eram na igreja que se realizavam os sepultamentos, ou seja, à Igreja cabia o cuidado pela vida e pela morte de seus fiéis.



Fig. 1 Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, Arraial do Belo Horizonte.

Fonte: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fotografico/M-12.21/29189.jpg>>

Data de acesso:

10/02/2013

Apesar da prática dos sepultamentos nas igrejas, comum na Idade Média, ter sido modificada na Europa desde a segunda metade do século XVIII, no Brasil este costume foi mantido durante muito tempo. Os sepultamentos no interior dos templos persistem até 1831 aproximadamente e apenas no final do século XIX, principalmente nos grandes centros urbanos, este comportamento foi abolido da vida social.

Durante muito tempo os mortos habitaram os templos sem que sua presença causasse qualquer prejuízo aos vivos, assim nos informa Campos (1986, p.111-114) que em suas análises sobre o período colonial identifica a morte como “[...] uma experiência eminentemente sacralizada, cuja ritualística e costumes que a revestiam não tinham sido até então questionados”. Sob a ótica da investigadora a laicização da cultura no final do século XVIII, se revela através do discurso médico que preconizava a higienização e a necessidade de precaver contra os perigos dos odores e humores pestilentos emanados pelos corpos em decomposição no interior das igrejas. Esta questão, entretanto não altera em profundidade a questão, pois na Capitania das Minas Gerais a construção dos cemitérios situados fora do âmbito religioso foi adiada o mais possível e podemos acrescentar que um exemplo deste adiamento é a situação vivenciada pelo Arraial do Belo Horizonte no final do século XIX, quando aqui se instalou a Comissão Construtora imbuída do objetivo de construir a capital mineira.

As decisões da comissão eram compatíveis com o espírito da época, especialmente no tocante ao projeto em andamento: a construção de uma cidade moderna e além do mais se somava à precariedade com que os mortos eram tratados. É o que se pode perceber no depoimento de Camarate (1985, p.79-80) no qual afirma:

Há só uma coisa que me constrange e comove, no meio de toda esta lufa-lufa necessária, para fazer surgir, do nada uma capital que deve trazer, desde o nascedouro, todos os resultados benéficos das conquistas deste século - é que, de há dois meses para cá, vejo enterrarem - se, numa cova que mal daria, em tamanho, para o corpo de um recém-nascido, cadáveres, sobre cadáveres; desenterrando - se os crânios dos antigos posseiros, ainda trazendo pedaços de pele pegados ao osso, e isto acompanhado do nauseabundo cheiro de cadáveres mal curtidos, de profanações (que não são outra coisa) com os crânios rolando pela terra onde todos pisam; essa terra que dá ingresso ao Templo de Cristo, que entre todos os respeitos que pregou, também pregou o respeito pelos mortos! Afirmam - me que aquele cemitério improvisado fica numa zona que terá forçosamente de ser aterrada e talvez que, por esse motivo o dr. Aarão Reis não entendeu necessário arremeter contra este costume antigo do povo da localidade. Mas, que demônio! Antes de Belo Horizonte ser escolhido para servir de alicerce, para a Nova Capital do Estado de Minas, já era uma localidade sujeita à administração e jurisdição do Brasil; onde, de norte a sul, sempre vi respeitar os que passam e que ficam! Sei que este tristíssimo episódio que,

nestes últimos tempos se tem repetido cinco ou seis vezes, pode perfeitamente ser lançado à conta do passado de Belo Horizonte; mas eu, em todo o caso, protesto contra ele, como cristão e como homem e protesto, com a indignação sincera, de quem lhe dói a alma ou o coração de ver, na quietação e repouso da eterna vida, repetir - se essa constante luta dos humanos e que se define singela e eloquentemente, nesta frase popular: 'tira - te, para que me ponha!' Parece que, em Belo Horizonte, a luta pela vida se prolonga, continua e emenda, na luta pela cova!

Camarate alardeava e protestava indignado contra o tratamento dado aos mortos no Arraial do Belo Horizonte. Entretanto este aparente desrespeito pode ser compreendido como uma sobrevivência dos costumes medievais em relação aos mortos, conforme aponta Ariès (1977, p.46) ao afirmar que “[...] na Idade Média, os mortos eram confiados, ou antes, abandonados, à Igreja, e pouco importava o lugar exato de sua sepultura que, na maior parte das vezes, não era indicada nem por um monumento nem mesmo por uma simples inscrição”. Para Camarate o zelo e preocupação em relação aos modelos de civilização e civilidade o faziam condenar aquele tipo de sepultamento onde não se respeitava a individualidade e sequer as regras médicas-higiênicas que, na Europa de onde viera, já vinha se tornando uma prática há algum tempo.

No tocante às transformações urbanas, Harouel (1990) analisando o contexto europeu considera os séculos XVII e XVIII como o apogeu do urbanismo clássico que influenciará os períodos vindouros. Ele destaca os ideais que caracterizaram as mentalidades naquela ocasião, tais como a recusa do gigantismo urbano, calcado no desejo de controle sobre o crescimento das cidades; os imperativos da circulação através de ruas retas e largas destinadas à comunicação e higiene urbana, pois era necessário que o ar, fluido vital, estivesse sempre salubre e purificado. Outra necessidade imperiosa se refere aos locais como ‘matadouros’, curtumes, fundições de gordura, prisões e hospitais afastados para além do espaço urbano. Neste rol também se enquadram os cemitérios, pois outro ideal urbano é a separação entre vivos e mortos. Afirma o pesquisador:

Por volta do final do Antigo Regime, a opinião pública não tem mais dúvidas quanto à existência de uma relação direta entre a mortalidade e as **exalações** provenientes dos cemitérios urbanos e das sepulturas internas às igrejas. Tanto nas pequenas cidades quanto nas capitais, o cemitério torna - se o ‘bode expiatório no qual se cristaliza o medo das doenças e das contaminações’. É certo que o estado de muitos cemitérios não pesa muito a seu favor. Exíguos, sobrecarregados, mal - conservados, geralmente abertos ou mal fechados, o que possibilita que frequentemente animais venham ali pastar e até cachorros e porcos desenterrem cadáveres, em alguns casos depósitos de imundícies, constituem uma área de lazer para as crianças, um local de encontro para os amantes, um espaço onde os tecelões secam as lãs ou mesmo uma

verdadeira via de comunicação. O cemitério é propriedade, portanto, ao menos tanto dos vivos quanto dos mortos, o que aumenta, acredita - se, o risco de contaminação. Em 1776, o rei proíbe os sepultamentos dentro das igrejas e determina a transferência dos cemitérios insalubres para fora das aglomerações urbanas. Mas a aplicação dessa determinação encontra muitas dificuldades, até mesmo rebeliões, pois a maioria do povo continua fiel à mentalidade tradicional herdada pela Idade Média que se baseia numa grande familiaridade com a morte e os mortos. Apesar dessas oposições, assiste - se a numerosas transferências de cemitérios nos últimos anos do Antigo Regime. (HAROUEL, 1990, p.66)

Será contaminado pelas transformações e discussões que se pautavam na Europa desde o setecentos que Camarate se expressou ao referir-se à situação dos mortos no Arraial do Belo Horizonte. Entretanto se parecia descrente em relação à interrupção do costume, acabou se enganando, pois algum tempo após seu protesto, era criado o cemitério provisório e interrompidas, definitivamente, a inumação no adro do velho templo.

O cemitério provisório foi preparado pela Comissão Construtora da Nova Capital nos terrenos que hoje estão situados aos fundos do Orfanato Santo Antônio, na confluência das atuais ruas dos Tamoios e São Paulo. Lá foram realizados desde sua instalação até inícios de 1897, 285 (duzentos e oitenta e cinco) sepultamentos. Este cemitério foi desativado assim que concluídas as obras do cemitério definitivo.

Belo Horizonte nasceu com esta epígrafe: ordem, progresso e civilidade, tendo sido na época batizada com o nome de 'Cidade de Minas'. O dia 12 de dezembro de 1897 foi de muita festa e comemoração. O propósito de construir a capital em tempo recorde foi cumprido, pelo menos nas aparências, pois obras estavam inacabadas e projetos vitais estavam, apenas, no papel. Apesar de tudo a capital trazia em si uma gama de expectativas e revelações, era o fruto concretizado das transformações que o país vivia naquele final de século. A instauração do regime republicano e a ideia de uma nova nação se cristalizavam na concepção daquele novo espaço urbano. A idealização de Belo Horizonte é carregada de significados políticos-simbólicos além de determinar a mudança da capital do estado mais populoso e influente naquele momento histórico. Ouro Preto, cidade colonial, não atendia aos propósitos políticos das elites mineiras naquele instante.

Para promover a mudança foi composta uma comissão de estudos que tendo o engenheiro civil Aarão Reis na chefia, se encarregou de analisar e indicar, dentre os diversos sítios concorrentes, qual deles prestaria à construção de uma cidade que primasse pela absorção e revelação de todo o progresso e conforto que o século XIX preconizava.

Apresentando relatórios que denotavam suas concepções político-ideológicas tendo no positivismo seu alicerce, especialmente na ideologia de que a indústria e a ciência eram o signo do futuro e assim a lógica, a matemática eram as respostas para os problemas da humanidade, Aarão Reis submeteu ao Congresso sua avaliação na qual indicava a Várzea do Marçal em primeiro plano, seguido do Arraial do Belo Horizonte. Numa votação apertada o Congresso Mineiro optou pelo Arraial do Belo Horizonte e assim teve início à construção da nova capital.

A capital mineira planejada e construída entre os anos de 1894 e 1897 é um caso específico para se compreender o processo de modernização urbana em fins dos oitocentos. Especialmente porque este processo insere-se contexto internacional, dos debates e dos projetos de reformulação e reordenação do espaço das cidades que se veiculava naquele momento. Arte e técnica são os motores do impulso progressista e modernizador. São estas as ideias apontadas por Salgueiro (1996) ao estudar o processo de construção de Belo Horizonte e sua inserção histórica.

Para os engenheiros, técnicos e planejadores da cidade foi, basicamente, o universo europeu através das reformas operadas na cidade de Paris pelo Barão de Haussmann (1809-1891), em 1853 e a urbanização da Ringstrasse em Viena, no mesmo período, foram modelos frequentemente referenciados e reproduzidos na cidade totalmente nova e que refletisse todas as conquistas que o século XIX havia aberto ao mundo a partir da consolidação da Revolução Industrial e das novas percepções em relação à estética urbana.

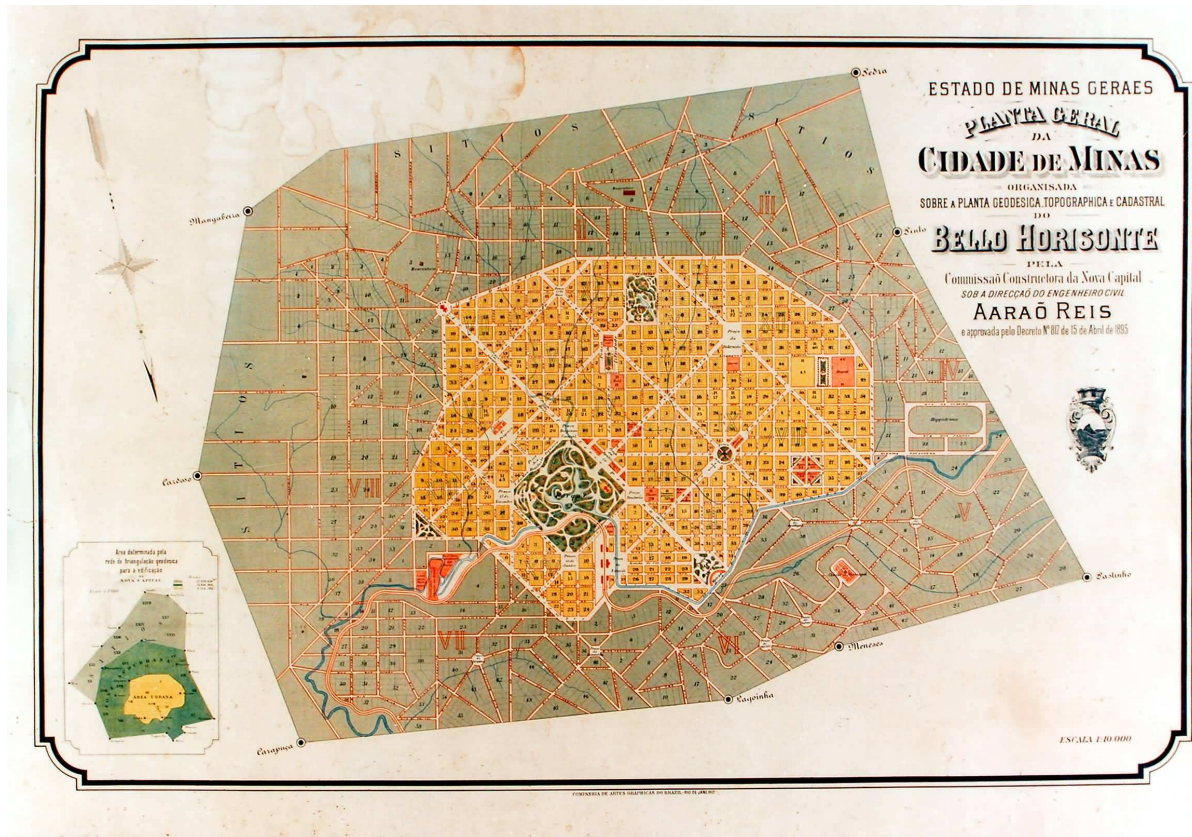


Fig. 2 Planta geral da Cidade de Minas

Fonte: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>> Data de acesso 15/08/2012

Deste modo, portanto, desde a planta até as construções, o princípio era a ordenação. Havia lugar para tudo, especialmente os equipamentos pensava necessário existirem no perímetro urbano. Os espaços estavam demarcados e planejados. A organização da cidade impunha aos seus moradores os lugares e os espaços que deveriam ocupar. Dentro deste novo contexto o Arraial do Belo Horizonte desapareceu sob o pó levantado pelas picaretas em contínuo e laborioso empenho para concretizar os desenhos das pranchetas. E neste mundo de transformações a morte será afastada do centro urbano da capital. Cidade de espaços definidos, todos os habitantes, inclusive os mortos, tiveram seu lugar demarcado na nova capital de Minas Gerais. As determinações da comissão em relação à configuração da cidade são questões significativas para se entender a concepção urbana almejada. Para aqueles que a haviam projetado existia um objetivo claro de tudo controlar e isto se percebe no depoimento de Arthur Azevedo, jornalista que em visita à capital no início deste século se espantou com a ausência de elementos, lugares, objetos e até seres humanos que pudessem prestar um depoimento do passado. Ele afirma, ao passear pelas ruas da cidade no ano de 1901, que nela

faltava a “vetustez”: “[...] era novo, novinho em folha, tudo quanto eu via: as ruas, as casas, os próprios habitantes, pois é raro encontrar ali pessoas velhas”. (AZEVEDO, 1982, p.179) O projeto construtivo da capital mineira pressupunha a renovação, a instauração daquilo que se considerava moderno. Para isto era importante a definição na planta da cidade dos lugares adequados a cada equipamento urbano.

E nesta vertente o cemitério municipal foi concebido ocupando um terreno com área aproximada de 170.036 (cento e setenta mil e trinta e seis) metros quadrados, num local conhecido como “Menezes”, distante 650 (seiscentos e cinquenta) metros do perímetro urbano. O local era alto e arejado, de solo seco e argiloso-arenoso, tendo em sua proximidade uma pedreira o que facilitaria a construção. A localização estratégica do cemitério na planta da cidade fornece subsídios para compreendermos as atitudes mentais da época: deveria ser amplo, arejado, a céu aberto, ocupando espaço suficiente para expansão e absorção dos mortos que a cidade dos vivos, naturalmente iria produzir, sem, contudo perder o caráter de modernidade sob a qual era engendrada. A convivência entre mortos e vivos já não podia ser tolerada, daí a equilibrada distância a ser mantida, especialmente fora do perímetro urbano, na zona determinada como suburbana na planta da capital, em local de fácil acesso, mas que não maculasse a ordem através da qual a cidade se organizava.

Estas cuidadosas mudanças na topografia da morte têm suas referenciais na Europa que, conforme aponta Ariès (1990), vinha se delineando desde o final do século XVIII, quando o cemitério aparece nas preocupações expressas dos médicos e higienistas. Urgia vencer a insalubridade através de sua remoção para fora das urbes. Dentro da necrópole a individualização das sepulturas foi um passo decisivo para as alterações em relação à tradição e o culto aos mortos traduzidos nas visitas que passam a serem feitas à cidade dos mortos, bem como a utilização de monumentos e emblemas que demarcam a presença dos mortos e sua memória. E será de acordo com estes valores e novos atributos imputados à morte que o cemitério é incorporado ao cenário da cidade.

O Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim muito pode revelar acerca da vida social, cultural e política da capital. Erguido fora do perímetro urbano o cemitério absorve em seu projeto e concepção o imaginário da cidade a que estava destinado servir. Na realidade abarcava também suas características estilísticas e arquitetônicas. Para isto a equipe de arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital elaborou plantas e projetos

que definiam os aspectos básicos do local, desde o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalharam nos projetos o eminente José de Magalhães (1851-1899) chefe da Seção de Arquitetura da mencionada Comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira.

O século XIX irá trazer os cemitérios à topografia das cidades, inaugurando novas atitudes e comportamentos do homem perante a morte. De acordo com Ariès (1990, p.547):

[...] o cemitério reproduz, na sua topografia, a sociedade global, como um mapa reproduz em relevo ou uma paisagem. Todos estão reunidos no mesmo recinto, mas cada um no seu lugar, a família real, os eclesiásticos, em seguida duas ou três categorias de distinção conforme o nascimento, ilustração e praticamente a riqueza, já que os lugares estão à venda, e enfim os pobres. A primeira finalidade do cemitério é representar um resumo simbólico da sociedade.

E este resumo simbólico da sociedade que pode ser encontrado no Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. Como parte do projeto republicano-positivista dentro do qual a capital mineira foi idealizada e erguida o cemitério representou rupturas significativas em uma sociedade tradicionalmente calcada na religião.

É importante lembrar a partir do advento da República, em 1889, ocorreu a separação oficial entre Igreja e Estado. O decreto n.º 119 - A, de 7 de Janeiro de 1890, aboliu o regime do Padroado e estabeleceu a separação entre Estado e Igreja. Dava lugar ao Estado laico, o nome de Deus não era invocado na Constituição Federal, era concedido às outras seitas religiosas o pleno direito de exercer pública e livremente seu culto.

Com a primeira Constituição Republicana pontos polêmicos foram trazidos à tona com a instituição do Estado laico como a obrigatoriedade do casamento civil e a secularização dos cemitérios. Sobre este último aspecto considerava-se, na visão dos defensores da fé católica, uma afronta ao fiel ter que descansar numa sepultura ao lado de um ateu ou blasfemador. Neste contexto, portanto o Cemitério do Bonfim reflete em suas quadras e mausoléus questões emergentes no plano nacional.

Até a década de 40 do século passado o Bonfim, como é usualmente conhecido, foi o único cemitério da capital. Todos eram nele sepultados. Apresentava-se então uma primeira noção de democracia da morte, entretanto se o cemitério encerra todas as classes sociais, revela que as hierarquias eram também mantidas no espaço da morte. Esta manutenção pode

ser percebida desde a localização da sepultura, o tipo de material usado na construção do túmulo, dimensão, bem como os ornamentos.

Seu traçado arquitetônico obedece à concepção geométrica da cidade. É composto por 54 (cinquenta e quatro) quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias. A parte central do cemitério, isto é, o cruzamento das principais alamedas é formado por uma praça redonda ajardinada, tendo a imagem de Cristo, esculpida em bronze, local onde está sepultado Otacílio Negrão de Lima (1897-1960), ex-prefeito de Belo Horizonte; à esquerda da praça, distando cinco quadras encontra-se o prédio do antigo necrotério. Trata-se de um edifício pequeno, construído na mesma época da inauguração do cemitério, com características ecléticas, estilo predominante na capital. Há elementos estilísticos, greco-romanos e neocoloniais com vários símbolos que remetem à morte: a ânfora recoberta com uma mortalha, a cruz, archote, entre outros.

Nas quadras localizadas nas alamedas principais predominam os mausoléus, alguns em forma de capelas e túmulos mais requintados construídas com material nobre, muitos deles importados de São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo do exterior. A maioria dos túmulos que ocupam estas quadras pertence às famílias influentes e importantes da capital mineira, bem como os túmulos - monumentos dedicados à nobreza política do Estado de Minas Gerais. Nas quadras mais afastadas da parte central e das alamedas localizam-se lápides simples, destituídas de atributos, alegorias e elementos de ostentação.

Por mais de um século de existência paralela à cidade dos vivos, a cidade dos mortos atravessou fases que acompanham as mudanças pelas quais sua parceira também vivenciou. Desde sua inauguração até a década de 30 podemos identificar uma variedade de túmulos que exploram os recursos estilísticos da época, o *Art nouveau*, a influência francesa se faz sentir na decoração tumular importada do Rio de Janeiro, São Paulo e exterior, em alguns casos até mesmo a exploração de matéria-prima local. A utilização do bronze é mais perceptível a partir da década de 40, momento em que a produção em série e a repetição de alegorias, imagens e símbolos são predominantes.

Nas décadas seguintes, o fabrico tumular perde em qualidade artesanal. Em virtude da mudança de valores estéticos, sociais e mentais desaparecem paulatinamente os túmulos rebuscados e extremamente decorados. É possível identificar um ou outro túmulo com

características inovadoras, seja pela qualidade do artista que nele trabalhou ou até mesmo a originalidade da ideia desenvolvida, sem que, necessariamente seja considerada obra de arte.

Na atualidade já não é hábito por parte da população investir na confecção de túmulos grandiosos, predomina a lápide de granito com o nome do falecido e, às vezes, uma cruz encimando a cabeceira. Na realidade, sempre que possível, a escolha é pelo afastamento em relação ao Cemitério do Bonfim. A maioria dos habitantes da capital prefere ser sepultada em outros espaços e diante disto sepulturas estão abandonadas, algumas semidestruídas, revelando uma mudança de concepção mental em relação à morte e o morrer bem como desprezo em relação à história, memória e preservação do patrimônio cultural da capital.

Entretanto o Cemitério do Bonfim torna-se um equipamento de destaque no cenário urbano, através da arquitetura que o diferencia do entorno e especialmente pela história nele contida. E assim, parece importante reconhecer que, desde sua inauguração até os dias de hoje, artistas - artesãos passaram por ali e deixaram seu registro, sendo a grande maioria atuante, também, na cidade dos vivos.

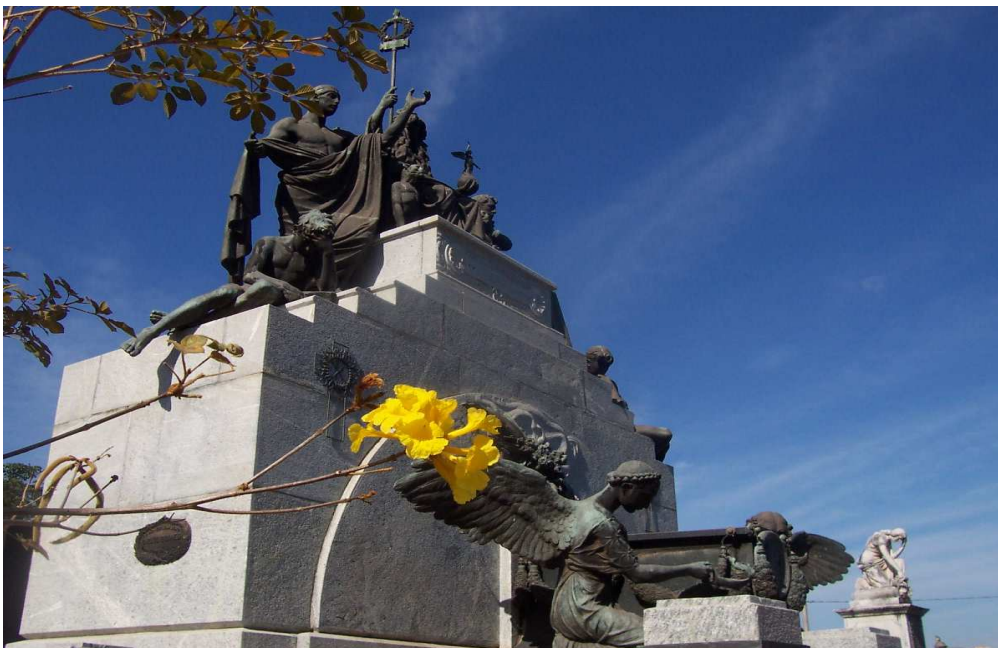


Fig. 03 Túmulo do político Raul Soares (1877-1924), projeto de Ettore Ximenes (1855-1926), Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim.

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Desde os tempos mais remotos o homem registra sua vida através das imagens. Imagem como força simbólica reveladora e representativa das expectativas, desejos contidos e

projeções que o homem tem diante da vida. A arte, portanto, é um elemento presente no cotidiano humano. Através da produção artística, da exploração das imagens criadas pelos homens é possível compreender aspectos variados da sociedade que as produz. Este é um exemplo que pode ser buscado se analisarmos a arte funerária.

E mais significativas se tornam as interpretações que podem ser feitas tomando como ponto de partida e observação o espaço cemiterial. Em uma cidade concebida para representar o novo, onde o moderno estava acima do passado, velho e ultrapassado. Onde tudo foi esquematizado e sintonizado com o mundo civilizado, os espaços, o comportamentos, os lugares deveriam ser planejados e corresponder a este esquema. O cemitério fazia parte deste plano e tal qual a cidade escapou ao controle. As análises das imagens que nele se cristalizam depõem acerca desta concepção e das transformações que foram se processando.

O Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim é um espaço que exemplifica mudanças em relação às atitudes diante da morte no Brasil, refletindo, também, as transformações que operavam no contexto internacional. Zelar pelos mortos é uma característica inerente ao ser humano. Os espaços de sepultamento eram lugares de retorno, visita e assim a cidade dos mortos é precursora da cidade dos vivos enquanto local de compartilhamento e agrupamento humano. (MUMFORD, 1965)

Na medida em que organizaram e formaram povoações, cidades, civilizações, novos lugares foram destinados aos mortos, variando inclusive a posição social, o lugar ocupado na hierarquia social em vida, poderia determinar o local do sepultamento. Entretanto afirma Ariès (1977, p.41):

[...] a partir do século XVIII, o homem das sociedades ocidentais tende a dar à morte um sentido novo. Exalta - a, dramatiza - a, deseja - a impressionante e arrebatadora. Mas ao mesmo tempo, já se ocupa menos de sua própria morte, e, assim, à morte romântica, retórica, é antes de tudo a morte do outro - o outro cuja saudade e lembrança inspiram nos séculos XIX e XX o novo culto dos túmulos e dos cemitérios.

Esta mudança de atitude em relação aos mortos e cemitérios associa-se à preocupação que se estabelece a partir do século XIX de retirar os mortos das igrejas e dos centros urbanos, destinando-lhes local apropriado. Este deslocamento não se deu de forma pacífica no exterior e sequer no Brasil, onde os valores tradicionais católicos estavam extremamente condicionados ao tratamento que se dava aos mortos. Entretanto os cemitérios foram

secularizados e afastados, dentro do possível do convívio com os vivos, mas dando - lhes novas atribuições e:

[...] uma nova representação da sociedade nasce neste fim do século XVIII, tendo se desenvolvido no século XIX e encontrado sua expressão no positivismo de Augusto Comte, forma erudita do nacionalismo. Pensa - se, e mesmo sente - se, que a sociedade é composta ao mesmo tempo de mortos e vivos, e que os mortos são tão significativos e necessários quanto os vivos. A cidade dos mortos é o inverso da sociedade dos vivos ou, mais que o inverso, sua imagem, e sua imagem_intemporal. Pois os mortos passaram pelo momento da mudança, e seus monumentos são signos visíveis da perenidade da cidade. Assim, o cemitério retomou um lugar na cidade, lugar ao mesmo tempo físico e moral, que havia perdido no início da Idade Média, as que haviam ocupado durante a Antiguidade. (ARIES, 1977, p.47)

E assim, coincidindo estas alterações, com a ascensão da burguesia, os cemitérios são locais propícios para a constituição de uma arquitetura que expresse seus sentimentos. Reconstruindo, em menor escala, a arquitetura de uma cidade idealizada, os cemitérios perenizam o individualismo humano através das imagens registradas, distinguem através do luxo e ainda que num gesto derradeiro demonstrem que o poder não se esgota com a morte. As imagens que compõem os cemitérios são elementos fundamentais se dimensionar o universo social a partir do qual foram elaboradas e devemos considerar que “[...] nenhuma cor, nenhum sinal é inocente [...]” (MANGUEL, 2001, p.19) e toda criação envolvida nestes ambientes está carregada de sentidos, mergulhada em intenções, possibilidades que podem ser traduzidas e interpretadas como se fossem textos. Neles a força plena da imagem se presentifica, revelando-se como abrigo da memória iconográfica de uma sociedade, ou melhor, do desejo de memória de uma cidade e seus habitantes. Cabe aqui ressaltar as ponderações de Baxandall (citado por BURKE, 1992, p.260) acerca da história que se escreve a partir das imagens: “[...] parte do equipamento mental com que o homem organiza sua experiência visual é variável, e grande parte desse equipamento variável é culturalmente relativo, no sentido que influenciou sua experiência”, e com esta percepção necessária à interpretação das manifestações visuais, procurando a tradução do seu significado a partir de leituras que abranjam ao máximo, o texto e o contexto de sua produção. Esta leitura é um aspecto importante para o entendimento acerca da criação e consolidação das necrópoles, dos cemitérios seculares, pois sob nosso ponto de vista revelam-se como uma manifestação acerca da consciência e convivência com a morte. E é com base nestas reflexões que percorremos e investigamos o Cemitério do Bonfim.

Assim ao identificar os textos epigráficos, as mensagens que se registram e se eternizam, as fotografias como um derradeiro desejo de perenizar a presença daqueles que já se foram; a

diversidade decorativa, a importação de modelos e as contaminações que, necessariamente, se expressam, bem como a criatividade natural, o repertório criativo identificado em cada local, identifica-se, igualmente, a construção do imaginário em relação à morte e ao morrer.

3. APONTAMENTOS FINAIS

O mundo é um grande livro de imagens. Estas funcionam como tradutoras de idéias, desejos, intenções, emoções. Podem ser tranquilizadoras, perturbadoras, prodigiosas, dentre outras qualidades, mas é certo que conduzem significados e são constantemente apropriadas pelo ser humano em seu devir. Elas podem suscitar interpretações diversas de acordo com o ambiente e contexto em que se inserem. É preciso saber lê-las, compreendendo a dimensão de sua mensagem.

De acordo com Debray (1993, p.30) “[...] a imagem, qualquer imagem é, sem dúvida, uma astúcia indireta, esse espelho em que a sombra captura a presa.”, ou seja, a imagem não é só racionalidade, é também sedução, mediação, poder e estética, se adéquam à estruturação do mundo, funcionam como linguagem que pode ser decodificada.

Somos seres de imagens e estas compõem nosso mundo através de símbolos, sinais, mensagens e alegorias, e só somos capazes de compreendê-las tomando como suporte nossos pressupostos, nossa gramática, vocabulário e sintaxe que agregamos ao longo do tempo, geração após geração. Somos capazes de explicá-las a partir de nossas interpretações, mas isto não quer dizer que sejamos capazes de abarcá-las em sua totalidade. As imagens, em sua variedade, são propostas de ordenação do espaço e do mundo. Não se tratam de uma duplicação, mas uma explicação possível da realidade polissêmica na qual estamos mergulhados.

As representações plásticas, gráficas ou fotográficas do mundo e no mundo estão nele postas para serem vistas, entretanto o olhar que se lança sobre elas está calcado em valores, na sintaxe, na gramática que o espectador possui. Refletir sobre estas questões é fundamental para se pensar nas imagens que compõem a paisagem cemiterial.

Os cemitérios são lugares imagéticos por excelência. Analisar a arquitetura e arte tumular é um caminho possível para se compreender, em uma dada época e sociedade os homens, suas crenças e desejos, usando como fonte as construções que se cristalizam nestes

espaços. Em outras palavras, os túmulos construídos nos cemitérios oitocentistas traduzem intenções e expressam as contradições que perpassam o cotidiano das sociedades em que se inserem, ou seja, as imagens arquitetônicas, escultóricas, decorativas revelam muito mais do que a evocação do morto, da lamentação e da dor. Esta ideia é reforçada por Azara (1999, p.12) ao afirmar que: “La tumba refleja, por tanto, la concepción que el hombre tiene de la muerte, o, em realidad, nos revela aquello a lo que la muerte se enfrenta: esto es, la vida.”

Os cemitérios que surgem em meados do século XIX e perduram até início do século XX, exprimem e revelam as construções imaginárias, simbólicas e sociais dos lugares em que se inscrevem. Traduzem uma época, um contexto histórico, portanto refletem um sentimento que se expressa através de suas construções, lápides e alamedas.

As necrópoles representam e abrigam em seu acervo as ideologias e os comportamentos característicos de uma determinada época: individualismo, poder econômico, crenças religiosas e políticas e linguagem estética. Os cemitérios dos oitocentos configuram-se como lugares para uma nova vivência da morte. A dolorosa experiência da finitude da vida está ali representada através de alegorias e metáforas. E é necessário entender que a própria organização espacial, a distribuição das quadras, a flora escolhida para arborização: árvores e flores que pudessem camuflar escamotear a imagem da morte como putrefação. Os cemitérios camuflam uma imagem superpondo outras que amenizam, suavizam e criam uma estética peculiar para as necrópoles. São espaços onde sensibilidades são vividas e projetadas através da construção tumular, tornam-se um campo simbólico onde o invisível é evocado através do visível. O sonho da imortalidade, da perenidade como desejo humano é concretizado através das sepulturas e dos ornatos. Os espaços fúnebres tornam-se local onde a garantia da imortalidade está pautada na recordação evocada através dos túmulos, sejam eles modestos ou não, fruto das decisões individuais, familiares ou resultantes de decisões políticas. O cemitério reflete, traduzindo, a cidade que nele se espelha.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante da Morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Vol. II.

AZARA, Pedro La casa y los muertos (sobre tumbas modernas) In: **La Última Casa/The Last House**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili AS, 1999.

AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano XXXIII, 1982.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva História Média**. Belo Horizonte: Edições da Livraria Rex, 1936.

BAXANDALL, Michael. **Painting and Experience in Fifteenth Century Italy**. In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMARATE, Alfredo (pseud. Alfredo Riancho) Por Montes e Vales. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano XXXVI, 1985.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A Vivência da Morte na Capitania das Minas**. 1986, 125 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.

DEBRAY, Régis. **Vida e Morte da Imagem** – uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.

HAROUËL, Jean – Louis. **História do Urbanismo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990.

LEAL, Fábio Nunes. O Arraial do Belo Horizonte. In: **Comissão Constructora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos. Publicação periódica, descritiva e estatística feita com autorização do Governo do Estado sob direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis**. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C. 1895. V. I

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Origem Histórica dos Cemitérios**. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, 1977.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens** Uma História de amor e ódio. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História Suas origens, suas transformações, suas perspectivas.** Tradução Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1965. 1º volume.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Belo Horizonte O Nascimento de uma Capital.** Belo Horizonte: Diário do Comércio, 1996. Catálogo de Exposição 15 de abril - 12 de maio de 1996.